

POLÍTICAS PÚBLICAS DE LEITURA NO BRASIL: UM BREVE BALANÇO

PUBLIC POLICIES ON READING IN BRAZIL: A BRIEF BALANCE SHEET

Simone Natividade Santos¹

Reinaldo Batista dos Santos²

Janine Oliveira Cardeal³

Resumo: O presente estudo⁴ tem como ponto de partida fazer um balanço das principais políticas públicas de fomento à leitura sinalizada em programas, projetos e campanhas governamentais⁵. Partindo da gestão de Getúlio Vargas (1930) até a gestão de Dilma Rousseff (2015) o artigo vai resgatar alguns programas como o Instituto Nacional da Leitura – INL, o PROLER, Pro-Leitura, campanhas como: “Leia mais, seja mais” dentre outros. Utilizando como referencial teórico, autores que discutem a temática, tais como: (FREIRE, 1989; KOSIK, 1976; LAJOLO, 1993; PERROTI, 1990; ZILBERMAN, 2004). Metodologicamente, optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental, em especial programas e projetos que se articulam com a esfera da leitura. No estudo em tela, percebe-se um descaminho em torno da leitura, uma vez que nosso país passa por desigualdades que se alastram para outras áreas da vida social. É um efeito em cadeia, problemas de ordem econômica afetam a vida em sociedade e aniquilam o desenvolvimento educacional de sujeitos. Por fim, acreditamos que é por meio da educação, da promoção da leitura e da escrita, que, um dia, teremos um país mais igualitário e menos excludente. É por meio da educação que se transforma uma sociedade e através das políticas públicas, em particular as políticas públicas de leitura que novos acessos são possíveis.

Palavras-chave: Desenvolvimento Educacional. Fomento à leitura. Ordem Econômica.

Abstract: This study has as a starting point to take stock of the main public policies to promote reading in government programs, projects and campaigns. Starting from the management of Getúlio Vargas (1930) until the management of Dilma Rousseff (2015) the article will rescue some programs such as the National Reading Institute - INL, PROLER, Pro-Leitura, campaigns such as: “Read more, be more” among others. Using as a theoretical framework, authors who discuss the theme, such as: (FREIRE, 1989; KOSIK, 1976; LAJOLO, 1993; PERROTI, 1990; ZILBERMAN, 2004). Methodologically, we opted for bibliographic and documentary research, in particular programs and projects that are articulated with the sphere of reading. In the study on screen, there is a gap around reading, since our country is experiencing inequalities that spread to other areas of social life. It is a chain effect, economic problems affect life in society and annihilate the educational development of subjects. Finally, we believe that it is through education, the promotion of reading and writing, that, one day, we will have a more egalitarian and

1 Doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL). Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2338530946333954>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2758-954>. E-mail: simone.doutorado.sp@gmail.com

2 Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8664524414563817>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7682-9523>. E-mail: batistareinaldo0389@gmail.com

3 Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1219034198641601>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0556-4812>. E-mail: ninecardeal@gmail.com

4 Artigo financiado pelo órgão de fomento CAPES.

5 Neste artigo não será feito um levantamento exaustivo de programas, projetos e campanhas de leitura. A pretensão é de sucintamente explorar a trajetória histórica dessa temática.

less exclusive country. It is through education that a society is transformed and through public policies, in particular public reading policies, that new accesses are possible.

Keywords: *Educational Development. Promotion of reading. Economic Order.*

Introdução

Numa sociedade como a nossa, em que a divisão de bens, de rendas e de lucros é tão desigual, não se estranha que desigualdade similar presida também à distribuição de bens culturais, já que a participação em boa parte destes últimos é mediada pela leitura, habilidade que não está ao alcance de todos, nem mesmo de todos aqueles que foram à escola (LAJOLO, 1993).

O início da segunda década do século XXI está em curso e deixa como marca um sujeito que anseia pela leitura superficial, pautada no imediatismo. Em meio à velocidade da comunicação virtual, atualizar-se se transformou em uma necessidade primordial, visto que a sociedade em rede⁶ naturaliza e, ao mesmo tempo, impõe essa prática. Esse sujeito, que faz da comunicação rápida algo vital é um subproduto da sociedade letrada que tem como cenário, o capitalismo avançado (BAUMAN, 2010).

No cotidiano do sujeito contemporâneo reside um mundo em que a leitura é um pré-requisito. Todavia, não basta apenas ler, é preciso compreender, interpretar e saber fazer uso dos conhecimentos linguísticos. O domínio da leitura é vital para exigir seus direitos, participando ativamente da vida em sociedade. No entanto, a sociedade brasileira ainda vem enfrentando um sério problema social: o analfabetismo. Durante grande parte da nossa história, apenas uma seleta minoria usufruía dos direitos à leitura e à escrita. Isso porque o acesso às escolas era muito limitado, privilegiando a burguesia em detrimento da camada mais carente da população. Nesse sentido, historicamente, as habilidades de leitura e escrita sempre estiveram associados ao poder econômico.

Nas palavras de Paine et al (2005), o analfabeto é aquele que, “em suas condições concretas de existência, sobrevive com o mínimo de conhecimentos, o mínimo aprendido pela aprendizagem oral, que se identifica com a própria convivência social” (PAINI et al, 2005, p. 225). É interessante compreender que o analfabetismo não é um problema de responsabilidade, apenas, do sistema escolar brasileiro, mas é, sobretudo, um problema social, que reflete os desajustes de um país em desenvolvimento. Além disso, é um problema que deve ser tratado com prioridade com o intuito de melhorar a qualidade da educação pública, garantindo o acesso às escolas por parte de toda população, pois a leitura e a escrita são ferramentas que contribuem para a formação cidadã de uma nação. Contudo, o panorama atual, mesmo com o privilégio da era digital, não descarta algumas problemáticas de cunho educacional que se reproduzem e acabam engessando sujeitos, impedindo-os de alcançar outros patamares. Um exemplo pertinente foi considerar para fins estatísticos uma pessoa que apenas assinava o próprio nome como alfabetizada, ou ainda um indivíduo com até quatro anos na educação básica. Esse tipo de associação acaba por minimizar questões estatísticas do problema, maquiando numericamente a real situação de indivíduos que não conseguem fazer uso social das habilidades de leitura e escrita. Segundo a abordagem freireana “Aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade” (FREIRE, 1989, p. 7).

De acordo com esses apontamentos, o contexto histórico sinaliza para um Brasil que ainda desponta com um dos mais acentuados índices de baixo acesso à leitura. Embora testemunhemos tantos avanços tecnológicos e diversos esforços empreendidos pela agenda política, o tão aclamado acesso à

⁶ Sociedade em rede ou interação das pessoas pelo meio virtual (CASTELLS, 2005).

leitura atua parcialmente e não atinge todos os brasileiros. Com efeito, o Estado, não está interessado na mudança educacional, nem muito menos numa sociedade leitora em potencial. Aponta Orlandi (2008, p. 49) “[...] o Estado funda sua legitimidade e sua autoridade sobre o cidadão, levando-o a interiorizar a ideia de coerção, ao mesmo tempo faz com que ele tome consciência de sua autonomia”. Essa “pseudo autonomia” dá lugar a culpabilidade, pois o Estado, na figura das políticas públicas de leitura, executou ações, “fez a sua parte” para suprir essa demanda social; enquanto aquele sujeito “autônomo” que não soube aproveitá-las, acaba responsabilizado por não saber usufruir dessas ações, isto é, a responsabilidade recai toda sobre o cidadão- sujeito- leitor.

Portanto, o campo da leitura no Brasil, ainda carrega resquícios de um passado histórico mal resolvido; fazendo com que persista um retrocesso em larga escala. As divergências educacionais atingem de forma sintomática a formação do leitor, marcado por um processo lacunar e desfavorável. Sujeitos são formados de acordo com a lógica do projeto neoliberal, um sujeito cujo perfil validará um sistema que reproduz o discurso igualitário, porém sua desigualdade ainda é real. Percebe-se que existe um movimento em direção à manutenção/conservação dessa desigualdade, por mais que existam agentes sociais engajados no incentivo a leitura, ainda há uma estrutura que não colabora para a mudança.

A leitura no Brasil: um breve trajeto histórico

No início do século XIX, a Europa, especificamente, Inglaterra e França avançaram durante a Revolução Industrial, enquanto o Brasil ficou estagnado intelectualmente, sem imprensas e livrarias. Esse cenário trouxe como herança um Brasil tardio educacionalmente (LAJOLO; ZILBERMAN, 2009).

Remontamos as primeiras iniciativas a respeito da leitura no Brasil registradas na década de 30 do século XX, quando foi criado o Instituto Nacional da (Leitura – INL), na era Vargas, vigente entre (1937 a 1985), período do Estado- Novo e sobreviveu até a redemocratização do país. Esse instituto durou 52 anos e foi pioneiro no que se refere às ações empregadas com a intenção de incentivar a leitura no país. Essa entidade agregava diversas funções dentre elas a publicação da Enciclopédia Brasileira e do Dicionário da Língua Nacional, criação de bibliotecas públicas, estímulo do mercado editorial deixando as edições de livros mais baratas.

Em seguida temos o Pro-Leitura que durou até 1990. Surge em 1992, o Programa Nacional de Incentivo à Leitura – (PROLER), ligado a Fundação Biblioteca Nacional (FBN). O PROLER tinha como premissa valorizar a prática social da leitura.

[...] o PROLER delineou-se como experiência executiva de uma política nacional de leitura, concebida para responder a uma preocupação fundamental: o distanciamento de grande parte da sociedade em relação à leitura, um problema decorrente de questões estruturais de formação da nação brasileira e que, em suas consequências futuras, comprometia as perspectivas de desenvolvimento social (PROLER, 2009, p. 11).

Assim, o PROLER destacava a leitura como “valor social”, bem como “desescolarizar” a leitura a fim de levá-la aos espaços sociais do cotidiano dos cidadãos [...]” (PROLER, 2009, p.12).

Em 1997 sob a gestão de Fernando Henrique Cardoso e dando prosseguindo com algumas reformulações na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva surge através da Portaria Ministerial nº 258, de 28 de abril o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE). Esse programa distribuía livros de diferentes gêneros nas escolas públicas de todo o país. O PNBE “[...] nasceu do desejo do Ministério da Educação e do Desporto (MEC) de oferecer oportunidades de democratização da cultural, reduzindo a distância entre o Brasil dos letrados e o dos excluídos” (BRASIL, 1997, p. 03).

Em 2001 surge a campanha: “Vamos fazer do Brasil um país de leitores” que tinha como meta incentivar as empresas privadas e públicas a se empenharem em projetos de leitura, como por exemplo, a Campanha: Leia para uma criança realizada pelo Banco Itaú.

Em 2012, na gestão Dilma Rousseff surge a campanha: “Leia mais, seja mais” também tenta incentivar a prática da leitura. Durante essa campanha a ex-ministra da cultura Ana de Hollanda usou a seguinte frase para registrar a campanha: “Um país rico é um país de leitores”. A campanha teve a 2ª etapa em 2014 e foi lançado pelo Ministério da Cultura e da Fundação Biblioteca Nacional – FBN e fez parte do Plano Nacional de Livro e Leitura- (PNLL). Criado em 2006, esse plano tinha como meta “assegurar a democratização do acesso ao livro, o fomento e a valorização da leitura e o fortalecimento da cadeia produtiva do livro como fator relevante para o incremento da produção intelectual” (BRASIL, 2006, p. 01).

Recentes estudos demonstram que a leitura é indispensável na constituição de um sujeito mais emancipado, uma nação que não Lê, não evolui, não cresce; sendo sempre dependente/submissa e, mais uma vez, massa de manobra dessa engrenagem capitalista. Conforme menciona Kosik (1976, p. 78-79), durante as possíveis transformações que podem ocorrer num indivíduo, ele acaba despertando para “as próprias potencialidades” e com isso provoca a mudança da sua “posição diante do mundo”. Desse modo, a leitura assume papel relevante nesse processo, e se torna imperativo num mundo cada vez mais exigente e competitivo.

As agendas políticas voltadas para o campo da leitura são ações/decisões coletivas governamentais tem a missão de garantir a leitura como um compromisso público. No entanto, o paradoxo se dá ao constatar que a maior produção editorial da América Latina acontece no Brasil, uma vez que a nação brasileira, em sua grande maioria não lê o que compromete o desenvolvimento do país. Outra questão é que a leitura também é elitizada, a camada mais pobre não possui o hábito da leitura, nem muito menos condições de arcar financeiramente com esse hábito (LINDOSO, 2004).

Portanto, diante desse panorama surgiram programas governamentais que empreenderam campanhas com o intuito de democratizar o acesso à leitura. No entanto encontramos um grande abismo que ainda mantém a segregação e o elitismo em torno da leitura.

Os desafios na formação do sujeito-leitor

A leitura é um artefato cultural, um dos instrumentos mais valiosos para a emancipação de sujeitos, porém esse instrumento não está ao alcance de todos. Assistimos a uma “crise da leitura” cuja gênese advém da crise do ensino público, que devido a fatores históricos perdura até os dias atuais (SAVIANI, 2005). Acerca da “crise da leitura” reforça Silva;

[...] não é um problema somente de nosso século XX e XXI. Ela vem sendo produzida desde o período colonial, em paralelo com a reprodução do analfabetismo, com a falta de bibliotecas bem estruturadas nas escolas e com a inexistência de políticas concretas, menos utópicas, para a popularização da leitura e do livro (SILVA, 1986, p. 21).

Os déficits em relação à leitura não é algo recente, pois remontam ao período colonial e em parceria com os déficits educacionais acaba trazendo outros problemas como bibliotecas insuficientes e desestruturadas no âmbito escolar. Além disso, o autor toca no assunto das políticas voltadas para a leitura deixando claro que não basta apenas a intenção de incentivar, mas sim, a necessidade de agir e pôr em ação todas as metas descritas nesses documentos.

Menciona Ribeiro (*et al*, 2013);

[...] a leitura ainda é a principal ferramenta pela qual é possível se adquirir/produzir conhecimento. O domínio dessa habilidade prepara o sujeito para intervir na sociedade, justamente por ter um valor cultural e social transformador, devendo, portanto, ser valorizada de modo especial (RIBEIRO [et al], 2013, p. 2656).

Concordamos com a autora, o fato da maioria não dominar essa habilidade acaba gerando uma sociedade sem voz, sem decisões, sem consciência de suas problemáticas. Esse valor cultural e social

transformador, ainda é algo a ser conquistado, pois mesmo na contemporaneidade temos uma imensidão de brasileiros à margem da leitura.

Nesse contexto, essa realidade se reproduz de geração em geração culminando com um sujeito cada vez mais dependente, dominado e submisso. Nessa direção, “uma política pública reflete a vontade de diferentes setores da sociedade em avançar para uma determinada direção e representa uma articulação coerente de medidas para transformar uma situação” (GODIN, 2003, p.163). Entretanto, a implementação/efetivação passam por impasses atingindo a qualidade dessas políticas públicas de leitura.

Uma das vítimas desse processo desfavorável é a formação do leitor que ainda passa por muitas lacunas. Como bem afirma Perroti (1990, p.17) “a formação de leitores em nossos dias exige bem mais que possuir ou ter escolas e bibliotecas em pleno funcionamento”. É preciso empreender um conjunto de ações que possam articular esses segmentos: (Escola/Família/Governo/Sociedade). Por isso, que as políticas públicas de leitura merecem bastante atenção, visto que são elas que vão formalizar as estratégias e metas para conquistar um resultado positivo.

Outro ponto a ser questionado é o contraponto entre leitura cultural crítica e leitura utilitária. A escola não se preocupa em formar um leitor participativo, crítico que realmente crie hábitos de leitura. A maior preocupação é a de formar mão-de-obra que dê suporte ao sistema econômico, uma massa de trabalhadores que atendam as exigências do mercado de trabalho. São leituras reducionistas, fragmentadas e insuficientes que não colaboram para o desenvolvimento do sujeito-leitor.

Concluindo, o cenário da leitura é dual, neste enredo encontramos uma minoria leitora e uma maioria “a-leitora”, isto é, sujeitos que não tem acesso à leitura e quando o tem não fazem uso, não a valorizam, ou também não compreendem o que leem – analfabetismo funcional.

Considerações Finais

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CONSTITUIÇÃO, art. 205, 1988).

Diante da importância da educação para o desenvolvimento de qualquer nação, tanto no sentido econômico, quanto social e, mais ainda, humano, escolhemos a epígrafe do próprio texto constitucional, uma vez que é a Carta Magna do nosso País. Nele, percebe-se que a educação tem uma importância fundamental para a formação humanística e cidadã do seu povo, além de qualificá-lo para o trabalho.

Nesse sentido, a educação é um direito essencial do indivíduo e que deve ser assegurada a todos, sem distinção de etnia, região, religião, sexualidade e, sobretudo, de renda, uma vez este foi (em alguns casos, ainda é) definidor para o acesso a uma educação de qualidade. Além disso, na abrangência do Direito à Educação está a leitura, habilidade fundamental para que o sujeito se emancipe enquanto ser humano e se torne autônomo, capaz de transformar sua comunidade.

Ademais, a leitura ainda é a principal ferramenta pela qual é possível se adquirir/produzir conhecimento. O domínio dessa habilidade prepara o sujeito para intervir na sociedade, justamente por ter um valor cultural e social transformador, devendo, portanto, ser valorizada de modo especial.

Se por um lado, a preocupação com o analfabetismo absoluto ainda se configura como um problema urgente, por outro não podemos aceitar que o indivíduo conheça apenas o código linguístico, como se esse fosse um processo meramente mecânico. Pelo contrário, é importante que o mesmo tenha plena condições de ler e escrever. É necessário promover um ensino que não se configure apenas na aquisição do código, mas que capacite o sujeito para interagir no contexto das práticas sociais em que ele se insere.

Para tanto, é necessário refletir sobre a questão da democratização do ensino básico. Em outras palavras, garantir o acesso à Educação Básica, embora essencial, não é suficiente; é necessário também garantir a qualidade desse ensino. O ensino básico deve atender às necessidades do indivíduo no acesso

aos bens culturais da sociedade letrada, nas oportunidades de emprego e continuidade de estudos. Um ensino que garanta ao indivíduo condições de competir numa sociedade dominadora e excludente.

Nessa direção, é fundamental um comprometimento maior com a qualidade da educação. Não se pode permitir que dados estatísticos baixos ou medianos levem ao comodismo da sociedade civil. É fundamental que a preocupação com a qualidade da educação permaneça não pela vergonha de ocupar os últimos lugares nas pesquisas, mas, sobretudo, pela conscientização de que é por meio da educação que se desenvolve um país, é assegurando esse direito que se alcança uma sociedade mais justa e igualitária.

Diante de tudo isso, é importante salientar a importância das políticas públicas para o livro e leitura, pois elas dão prioridade a um assunto de extrema relevância para a nação: a educação. E não há outro caminho para transformar uma sociedade senão pela educação. Além disso, é a partir do desenvolvimento desse pilar social, cultural e ideológico que se alcança o desenvolvimento do país e da qualidade de vida da sua população. Diante disso, melhorar a qualidade da educação pública brasileira é um desafio, assim como possibilitar a transformação da nação num patamar mais desenvolvimento.

Por outro lado, para que funcionem efetivamente, alcançando os objetivos propostos, os programas e projetos de leitura devem ser acompanhados e assessorados dentro das escolas. Mais do que promovê-los, é importante garantir seu funcionamento democrático e analisar seus resultados, revisando-os sempre no sentido de aprimorá-los. É necessário que os gestores de cada unidade escolar realizem avaliações periódicas do trabalho desenvolvido na sua instituição, no sentido de verificar se os programas, projetos e/ou campanhas de incentivo a leitura têm sido suficientes para despertar os alunos a essa prática.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneos**. Tradução: Eliana Aguiar - Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988 – Brasília.

_____. **Decreto-Lei nº 93 de 21 de dezembro de 1937**. Cria o Instituto Nacional do Livro. Diário Oficial da União - Seção 1 - 27/12/1937, p. 25.586. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decrei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-publicacao-1-pe.html>. Acesso em: 12 jul. 2016.

_____. Ministério da Cultura; Ministério da Educação; **PNNL- Plano Nacional do Livro e Leitura**. 2006. Disponível em: http://www.vivaleitura.com.br/pnll2/images/pnll_download.pdf. Acesso em: 15 jul. 2016.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. 23. ed. Coleção Polêmicas do nosso tempo. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

KOSIK, k. **Dialética do concreto**. trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAJOLO, Marisa. **Do Mundo da leitura para a leitura do mundo**. São Paulo: Ática, 1993.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. 3 ed, São Paulo. Ática, 2009.

LINDOSO, Felipe. **O Brasil pode ser um país de leitores?: política para cultura/ política para o livro**. São Paulo: Summus Editorial, 2004.

PAINI, L. D. et. al. **Retrato do analfabetismo**: algumas considerações sobre a educação no Brasil. Acta Sci. Human Soc. Sci: Maringá, Vol. 27, n. 2, p. 223-230, 2005.

PERROTTI, E. **Confinamento Cultural, Infância e Leitura**. São Paulo: Summus, 1990.

RIBEIRO, Nadja Nayra; FREIRE, J. A., C; COSTA, D. B. **Políticas públicas para o livro e leitura**: Programa Nacional de Biblioteca Escolar e Programa Nacional do Livro Didático. Tema 3 Trabalho Docente e Políticas Educativas, volume 2, 2013 (2654- 2661, pp).

SAVIANI, Dermeval. Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes. In: SAVIANI, D.; LOMABARDI, J. C. (Orgs). **Marxismo e educação: debates contemporâneos**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005, p. 223-274.

SILVA, Ezequiel T. **Leitura na escola e na biblioteca**. Campinas, SP: Papirus, 1986.

ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel Teodoro da. **Leitura - perspectivas interdisciplinares**. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2004.

Recebido em 02 de abril de 2021.

Aceito em 20 de agosto de 2021.